

FOLHA SOCIALISTA

Folha Socialista

Após interrupção prolongada, volta a circular o órgão de imprensa da Comissão Executiva Estadual do Partido Socialista Brasileiro. "Folha Socialista" já logrou conquistar posição no seio da opinião pública de São Paulo, como veículo de divulgação dos princípios programáticos e posições políticas do Partido Socialista Brasileiro. A falta de sua publicação vinha, por isso, sendo lamentada por todos os que já se haviam habituado à sua leitura e por todos os que compreendem a imperiosa necessidade de um jornal de divulgação socialista.

Nosso jornal, pela deficiência dos recursos com que contamos, não está ainda em condições de se apresentar com os requisitos e qualidades de um verdadeiro órgão de imprensa. Não poderá ser, por ora, um jornal de informação diária, noticioso, de divulgação cultural e de matéria variada. Editado quinzenalmente, terá de limitar-se a resenhas noticiosas, divulgação doutrinária e política, publicação de material informativo sobre as atividades socialistas no Brasil e nos demais países e comentários sobre assuntos econômicos e políticos em geral. Mas, na medida em que contarmos com o esforço, a colaboração e a crítica construtiva dos socialistas do Brasil, iremos aparelhando nosso jornal para melhor cumprir sua finalidade e caminhar no sentido do ideal de um órgão de imprensa socialista.

Portanto, a colaboração de todos os socialistas é indispensável para o êxito da "Folha" qualquer que seja a forma dessa colaboração. Os responsáveis pela edição do jornal desde já deixam aqui o seu apêlo nesse sentido. E também o compromisso de receberem, de bom grado, qualquer crítica que lhes seja endereçada. "Folha Socialista" não deve ser trabalho de um pequeno grupo, dentro do Partido Socialista Brasileiro. Deve ser tarefa de todos os socialistas, militantes ou simpatizantes, pois é preciso que todos os socialistas se capacitem de que sem um órgão de imprensa não é possível fazer vingar uma atividade política organicamente revolucionária e assentada em princípios ideológicos bem definidos, como é a do Partido Socialista Brasileiro.

Formulemos, pois, todos nós, socialistas, o compromisso de, de ora em diante, não permitir mais interrupção na saída de nosso jornal. Assim, esperamos que em breve a "Folha Socialista" seja publicada regularmente em São Paulo e do Brasil, os portais de nossa revolução socialista.

Diretor Responsável: Antonio Costa Corrêa
Gerente: Maxair Mota Marcondes

ANO V 5 de Junho de 1953 **N.º 1**

EDITADO PELA COMISSÃO ESTADUAL DE SÃO PAULO DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

Redação e Administração: Rua João Adolfo, 118 4.º Andar SÃO PAULO - BRASIL

A LIÇÃO DE 22 DE MARÇO

Os resultados do pleito de 22 de Março constituem, sem dúvida alguma, o acontecimento mais importante no cenário político nacional, depois da revolução de 1930. A sua significação é, indubitavelmente, mais profunda do que a do golpe de Estado de 10 de Novembro de 1937, a da deposição de Getúlio Vargas em 29 de Outubro de 1945 e a da sua reeleição em 1950.

A eleição de 22 de Março revelou, de chefe, uma modificação profunda da atitude da classe trabalhadora e de importantes setores da camada média em relação aos problemas econômicos, políticos e sociais do país. Essa modificação não está circunscrita à Capital de S. Paulo. Alguns meses antes ocorreu fenômeno análogo em Recife e Olinda, embora não tão nítido e profundo. Podemos afirmar, com segurança, que os fatos refletidos no pleito de S. Paulo existem em toda a extensão do Brasil, mais ou menos intensos, mais ou menos claros, embora não tenha havido oportunidade para que se manifestassem publicamente. O interesse que

a campanha eleitoral despertou em todo país, e a repercussão de seus resultados, mostram que o pleito não tinha apenas caráter local. Não estavam em jogo problemas municipais e sim questões fundamentais e de modo direto ou indireto, afetavam a própria estrutura econômica, política e social do país.

As consequências diretas e, até certo ponto, superficiais do pleito de 22 de Março são claras e patentes. Nas eleições municipais de S. Paulo o proletariado e o povo derrotaram o governo do sr. Getúlio Vargas e lhe disseram, de maneira peremptória e taxativa, que não acreditavam mais na possibilidade da realização das promessas feitas durante a campanha presidencial. Pouco mais de dois anos foram suficientes para convencer as massas de que nada mais podiam esperar do atual governo federal.

O segundo grande derrotado foi o sr. Ademar de Barros. Derrotado o sr. Getúlio Vargas no próximo quinquênio. A 22 de Março o povo deixou potente que não pretendia

apenas substituir um demagogo por outro. Assentou um golpe não apenas a um demagogo e sim à própria demagogia.

Derrotados foram também os partidos burgueses. A união sagrada dos mesmos em torno de Cardoso, apadrinhado por Ademar e Getúlio, permitiu no povo constatar que as diferenças entre um partido burgueses e outro são apenas aparentes e que todos são igualmente responsáveis pela crise econômica e política em que o país se debate. O P. T. B. não escapou incólume. Talvez tenha sofrido mais ainda do que os outros. Ao lado de sua posição nitidamente reacionária, em frente único com todos os outros partidos burgueses, o P. T. B. ainda ofereceu o espetáculo de sua inconsistência, falta de unidade, desagregação e desmoralização, permitindo que dirigentes seus se degradassem e insultassem imunitamente, participassem dos quatro chapas que disputavam o pleito.

(Conclue no 2.º pág)

A REDAÇÃO

COMICIO SOCIALISTA



Mantendo a tradição já firmada em S. Paulo e acompanhando os socialistas de todo o mundo, o Partido Socialista Brasileiro fez realizar, no dia Primeiro de Maio último, um comício no Vale do Anhangabaú. Trata-se do primeiro comício realizado pelo partido no já célebre Vale do Povo. Ao comício socialista afluíu considerável massa popular, como se vê pela fotografia que publicamos ao lado.



A Crise de Energia Elétrica ameaça estrangular a Indústria do País

O aumento do consumo de energia elétrica para fins industriais mostra uma queda acentuada de seu ritmo a partir de 1951, em virtude da deficiência de fornecimento. A situação se tornou catastrófica em 1952, quando o aumento de consumo foi, no período de Janeiro a Agosto, apenas de 2,1% no Distrito Federal e de 4,3% em S. Paulo. Em São Paulo o aumento foi de 18,3% em 1950 e de 5,7% em 1951. A situação é verdadeiramente alarmante no que concerne à indústria de tecidos de algodão, indústria que ocupa o primeiro lugar no valor total da nossa produção industrial. Na indústria de tecidos de algodão o acréscimo foi de apenas 1,7% em 1950 e de 1,9% em 1951.

83% da energia produzida no país encontram-se nas

mãos de empresas concessionárias, controladas por dois grupos estrangeiros. A Brazilian Traction, Light & Power Co., que opera no Rio e em S. Paulo, dispõe de 66%, ficando os restantes 17% com a Cia. Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras, do grupo Bond & Share, que tem o seu campo de ação no interior de S. Paulo e em mais localidades.

E' difícil acreditar que a atual situação não seja consequência de um plano tenbroso, urdido pelo imperialismo, com a finalidade de impedir a industrialização do país. Mais criminosos são, ainda, as classes dirigentes e os governos, que por omissão ou covardia, permitiram que o plano urdido fosse levado a efeito.

A LIÇÃO DE 22 DE MARÇO

(Continuação de 1.º pag.)

Outro grande derrotado foi o Partido Comunista. As campanhas sucessivas de paz, contra as armas atômicas, contra o envio de tropas à Coreia, contra o pacto Brasil-Estados Unidos, pela nacionalização do petróleo, em defesa da Constituição e dezenas de outras não conseguiram ludibriar o proletariado e o povo. Guiados pelo sódio instinto de classe, perceberam que atrás dessas campanhas se escondem interesses inconfessáveis. Embora os comunistas tenham, em mais de uma ocasião, lançado palavras de ordem justas e tenham tomado posições acertadas, a massa compreendeu que os mesmos não eram ditados pelos interesses do povo brasileiro e sim em função dos interesses da política externa do imperialismo russo. O povo compreendeu, talvez pela primeira vez, que a luta contra o imperialismo americano, que explora e esfria a nossa economia, é conduzida pelos comunistas nos interesses de imperialismo soviético e não em

benefício do proletariado e do povo brasileiro. E quando os comunistas pretenderam apunhalar pelas costas o poderoso movimento democrático, desencadeado sob as bandeiras do P.S.B. e do P.D.C. e personificado em Janio Quadros, o proletariado disse NÃO. Os operários participaram em massa da gigantesca passeata do fome mas se recusaram a sufragar o nome de André Nunes e a dar, assim, a vitória a Cardoso e à reação.

O sentido do pleito de 22 de Março não se limita às derrotas infligidas pelo povo à reação, sob os seus mais diversos matizes. O significado da manifestação popular é mais profundo e de alcance bem maior.

A 22 de Março os trabalhadores e o povo manifestaram a sua convicção de que os atuais classes dirigentes, isto é, a burguesia brasileira, são incapazes de dar uma solução à atual crise econômica, política e social do país. Os dois slogans centrais da campanha eleitoral — o tostão contra o milho e a vassoura — atestam, pela repercussão que tiveram, o alto grau de amadurecimento político e de consciência de classe do proletariado e do povo. A luta contra a corrupção administrativa combinou passo a passo com a luta contra os detentores dos milhões — a burguesia. O povo identificou a corrupção administrativa com o domínio da burguesia e decretou a incapacidade da mesma para a direção dos destinos do país.

Nas mesmas eleições presidenciais de 1950, a Convenção Estadual de S. Paulo do Partido Socialista adotou a tese da incapacidade das atuais classes dirigentes de assegurarem o ulterior desenvolvimento do país e de proporcionar as condições de vida. A tese, então adotada, afirmava a falência da burguesia como classe dirigente do país. Como consequência dessa constatação o Partido lançou candidato próprio à presidência da República. A tese, embora não encontrada acolida no povo. Os trabalhadores e o povo ainda não tinham amadurecimento político suficiente para aceitá-la.

O Partido não interpretou bem os resultados das eleições presidenciais. Não compreendeu que estavamos às vésperas de uma crise e que em tempo de crise o aprendizado das massas é rápido. A tese da falência das atuais classes dirigentes, abandonada pelo Partido, foi retomada pelo povo e afirmada, de modo categórico e claro a 22 de Março de 1953.

Esta é a constatação fundamental e básica que surge da análise do pleito de 22 de Março. Dela deve decorrer em linha reta a futura orientação do Partido Socialista. O povo não tem mais confiança nas atuais classes dirigentes e nas partidos políticos que os representam. O Partido Socialista deve, pois, evitar restabelecer essa confiança, na base de alianças, entendimentos ou uniões com os partidos que o povo condenou a 22 de Março.

Ao lado da constatação feita acima impõe-se analisar outro aspecto

não menos importante: as eleições municipais de S. Paulo não tiveram o seu conteúdo negativo. O seu significado não se esgota com a condenação da burguesia, de seus partidos políticos, de seus demagogos, aventureiros e administradores corruptos. Ao lado de tantas negações se destaca também uma afirmação, preste de significado e consequências. A afirmação é a escolha do caminho a ser trilhado para a solução da atual crise. O proletariado e o povo exigem uma solução democrática. Repelem as soluções peronistas e comunistas. Euforagaram Janio apoiado pelo P. S. B. e P. D. C., e não o aventureiro Ortiz, ou o teste de ferro André Nunes, dos comunistas. A massa é sensível à luta anti-imperialista. Não o desejo, entretanto nos males peronista ou comunista, ambos falsos e apertados. O POVO ESCOLHEU A SOLUÇÃO DEMOCRÁTICA.

O proletariado e o povo de São Paulo interpretando as aspirações e os anseios de todo povo brasileiro, traçaram, a 22 de Março uma linha política clara e consequente — revolução anti-imperialista e democrática, alinhamento do governo das atuais classes dirigentes e de seus partidos políticos, moralização da administração pública e política de austeridade, com a eliminação dos gastos supérfluos privados e públicos.

O nosso Partido deve adotar esta linha política. Deve traduzir em um programa — aliado ao povo — deve procurar os aliados necessários para a sua realização. Esta é a tarefa fundamental da próxima Convenção Nacional do nosso Partido.

FEBUS GIKOVATE

Os tubarões continuam aufferindo lucros polpidos

A revista Conjuntura Economica, publicação oficial, publica no número de Abril do corrente ano, os primeiros resultados das Sociedades Anônimas Brasileiras de 1952.

A percentagem de lucros sobre o capital é a seguinte nas diversas indústrias e ramos de atividade:

Comercio atacadista	28,9
Atacadista de tecidos	20,3
Comercio-diretos	30,1
Industria	27,9
Industria textil	10,0
Ind. quimica e farmaceutica	40,6
Ind. generos alimenticios	34,7
Diversos	20,9

Se aceitarmos como reais os dados acima (não terá havido sonegação de lucros com a finalidade de burlar o fisco?) não pode deixar de causar espanto e revolta a elevada taxa de lucros nas indústrias quimicas e farmaceuticas e na de generos alimenticios. Alimentação e medicamentos, consumidos obrigatoriamente pelos trabalhadores, são fontes de lucros excessivos e ilícitos dos tubarões.

Conhecem o mal mas relutam em aplicar o remédio

Instalou-se em Campinas, a 26 do corrente, o Primeiro Seminário L. A. T. in o-Americano Sobre os Problemas da Terra. O Prof. Josué de Castro, presidente do Conselho de Administração e Agricultura das Nações Unidas, quando se reuniu no seminario da situação brasileira:

Henry W. Spiegel, em estudo que realizou acerca da renda nacional no Brasil, chegou à conclusão de que 5% de nossa população ativa auferem 50% da renda nacional, enquanto a imensa legião de camponeses (pequenos agricultores, reideiros e trabalhadores rurais) representando cerca de 70% da população ativa do País, percebe menos de 30% da renda total. A incipiente economia agrária do nosso País, o pauperismo generalizado da massa camponesa que constitui o grosso de nossa população, torna bem fraca a capacidade de absorção do nosso mercado interno e impede desta forma a estabilização e a expansão de uma economia industrial realmente sólida. Só com o levantamento dos standards de vida rural se consolidará esta economia e o progresso econômico corresponderá realmente a um progresso social.

Esta distribuição tão disparatada das rendas corre paralelamente com a deficiente distribuição dos recursos das terras. De acordo com os dados do censo agrícola de 1950, verifica-se que cerca de 8% dos proprietários de terras representando apenas 1,4% dos que nela trabalham, acambarcam 3/4 partes da área total das propriedades agrícolas do País. Este acambarcamento da terra por um reduzido número de privilegiados explica a sua não exploração: apenas

7% da área total de propriedades correspondente a 1,5% da área total do País, vem sendo utilizada na exploração agrícola. O resto permanece inexplorado, constituindo-se funcionalmente como um verdadeiro latifúndio que se vê jogado da simples especulação das terras.

O sr. João Cleofas, ministro da Agricultura, que, diga-se de passagem, é grande proprietário de terras, falando em seguida, confessou que:

E' de todos reconhecido o desequilíbrio existente entre a vida agrícola e a vida urbana atual, por isso que, com o crescimento contínuo e desproporcionado da industrialização, sem o crescimento correspondente da agricultura, há uma inevitável diferença para menos no setor da alimentação.

Tornam-se, por conseguinte, as atividades agrícolas, cada vez mais insuficientes para atender às insaciáveis solicitações dos centros urbanos. O poder aquisitivo destes, em vertiginosa linha ascendente, oferece enorme contraste com o entorpecimento dos trabalhos do campo.

Dai poder afirmar-se que nenhum problema da economia de nossos países será encaminhado e muito menos favoravelmente resolvido, sem adequada solução do problema da terra. Ainda mesmo aqueles que procuram encontrar na progressiva industrialização o almejado equilíbrio não podem escapar às consequências de um desenvolvimento econômico artificial, se não ficar assegurado, simultaneamente e de modo eficaz, o incremento da produção agrária. Quanto mais se acentue o surto industrial, maiores deverão impôr-se ao trabalho da terra.

E' certo que a agricultura nos países em que compõem a América Latina, está condicionada a uma série de fatores limitativos, os mais importantes dos quais são a falta de permanentes assistência técnica, o retardamento da mecanização dos trabalhos da lavoura, o péssimo sistema de armazenagem, conservação e transporte da produção, o desequilíbrio extraordinário entre os preços dos produtos agrícolas e industriais e, na base, um inadequado sistema de posse e exploração da terra.

Em face de tais constatações impõe-se uma reforma agrária radical e rápida. O quadro traçado pelo Prof. Josué de Castro, mostrando que 1,4% dos que trabalham na terra acambarcam três quartas partes da área total das propriedades agrícolas do país, não poderá ser alterado por medidas tibias e de aplicação retardada. A Comissão Nacional de Política Agrária, criada em Julho de 1951, em dois anos apenas elaborou o roteiro, concretizado nas "Diretrizes para a reforma Agrária". As medidas propostas nas "Diretrizes", cuja análise completa será feita nas páginas de Folha Socialista, são paliativas, de aplicação demorada, e pouco raro no sentido de alterar profundamente a atual situação calamitosa.

Muito pouco se pode esperar da instituição do serviço Social Rural. Essa organização evitada, como de hábito, de todos os vícios da burocracia, só poderá preencher finalidades demagógicas, enquanto persistirem a miséria e a exploração dos trabalhadores rurais pela casta de latifundiários.

A SITUAÇÃO NACIONAL E O SOCIALISMO

DOMINGOS CARVALHO DA SILVA

Ao erro grave de se interpretar a estrondosa vitória eleitoral do sr. Jânio Quadros como uma vitória socialista-peDESTAL, tem sido oposto, com mais frequência, outro mais grosseiro: o de se entender tal vitória como um triunfo pessoal do mesmo candidato e uma derrota dos srs. Getúlio, Adhemar e Getacé. Na verdade, porém, a grande maioria do eleitorado votou por um princípio, ou seja, por uma coisa abstrata, embora esta coisa não seja ainda nem o socialismo, nem tampouco a democracia cristã, regime dentro do qual, aliás, vivemos...

Destituído esse eleitorado pela demagogia sordida dos politiquês do chamado Partido do Trabalhista Brasileiro e do seu irmão uterino, o Partido Social Progressista, passou em massa, e com desassombro, para o lado oposto, como quem fugisse de um covil de ratanazas para uma ilha luminosa, mas ainda desconhecida. Essa resolução, essa atitude de aventura, tem uma aura de idealismo, que não pode ser reduzida a uma simples e fria tomada de posição contra os clowns populistas de cartola, ou contra a venda do arroz e do feijão a preços de bijuteria.

A resolução massiva do povo valeu por um despertar, por um alerta, por um movimento de consciência. Não foi porém um gesto de vingança contra a pessoa do Presidente da República, do Governador de São Paulo ou mesmo desse bizarro e pitoresco chefe de câmbio eleitoral, que é o sr. Adhemar de Barros. Reduzir a manifestação das urnas a um escrutínio de grêmios estufantes, no qual se vota por simples furtiva desfrute, contra Sancho ou Martinho, é enzovalhar de torpezza um verdadeiro levante popular, no que este teve de mais puro e legítimo: a manifestação livre e democrática, através dessa boca muita mais severa e respeitável que a dos canhões — a boca das urnas.

A derrota dos homens que encarnam a atual situação dominante foi apenas uma consequência indireta da ação da consciência popular contra um regime, do qual esses homens são a expressão política, mas não as vigas mestras. A frequente substituição de ministros, governadores, secretários de estado, etc., não tem alterado nada o panorama geral, que oculta, sob a ramagem de gala dos partidos com letrados demagógicos, a semi-oculta estrutura das federações patronais, do latifúndio, da economia servil do campo, do analfabetismo, das endemias, das secas, da mortalidade de infantis, da tuberculose, da miséria, da falta de divisas e de tudo o que Cam não inventaria contra Abel, mas que Satanaz preparou com meticuloso cuidado para destruir a saúde, tranquilidade e a vida de um povo.

Contra tudo isso ergueram-se há tempos — sob a proteção dos clarins do triunfo soviético na China, na Polónia, na Roménia e outras "democracias" populares, os comunistas. Mas, elevados a postos do Legislativo poucas vezes levantaram sua voz em

defesa dos interesses do povo, já que para eles o interesse de todos os povos do mundo se reduz a uma fórmula simples: a de defesa dos interesses da União Soviética. E ficaram a lutar a um povo faminto de pão e sedento até adianta água que outrora a pirataria internacional roubou do Nordeste, de "areias monásticas", de "petróleo", de Coreia, e da luta libertadora do Vietnã. ... Por maior que seja a importância das areias monásticas ou do petróleo, a verdade é que o problema da fome, da sede e da nudez acatada com ferocidade maior ainda a carne viva do nordestino emigrado, do favelado sob a ameaça de despejo, da viúva que se desespera nas filas dos Institutos. E o fracasso da demagogia desses teóricos que substituíram a ideologia marxista pelo slogan da "glória eterna" traduziu-se em termos de estatística: de 100 mil votos, em 1945, para menos de vinte mil, em 1953.

Isto só, é o bastante para se verificar que, ao romper com a estrutura dominante, o povo teve o cuidado de evitar os acentos e engodos de outra demagogia, ou seja, a dos aliados vernáculos de Adhemar, que o elegeram ao poder, e que fizeram mais uma vez o seu jogo ao solicitar ao povo — num gesto ingénuo — "duzentos mil votos para André"... O povo repeliu essa nova cilada eleitoral, e não há dúvida de que assim procedeu com consciência, e não apenas porque julgasse mais bonito o Agnaldo de Jânio que o do candidato da Drogada...

Nós, socialistas, que analisamos com frieza os sucessos políticos, não podemos todavia aceitar a derrota das classes conservadoras e do Partido Comunista como uma vitória nossa, do P. D. C. e mesmo como uma vitória pessoal do nosso braço eleitoral, o honrado prefeito Jânio Quadros. Contra a nossa frágil aliança eleitoral, reforçada por alguns "trabalhistas" amuados provisoriamente com os seus cumplices habituais, erguia-se a máquina eleitoral da situação, baseada em mais de quatrocentos diretores, subdiretores e comités, erguiam-se os "partidos", desde o elegante e arcaico U. D. N. até esse fabuloso e ectoplásmico P. R. T., cometa de Halley cuja cauda ruda ronal e noticiário político dos jornais sempre que se avizinhavam eleições. Entre os dois grupos partidários, não poderia haver confronto, e todos nós, que trabalhamos na campanha eleitoral sabemos que o povo não tomou uma posição partidária, mas apenas anti-partidária, ou seja, contra os partidos dominantes.

A colaboração socialista-peDESTAL foi, claro, importante para o êxito da campanha. Mas esse êxito não foi um pronunciamento ideológico positivo, mas apenas um rompimento com uma situação em colapso. Aceitar, por outro lado, como simples vitória pessoal do sr. Jânio Quadros o resultado do pleito, seria negar mais de vinte anos de politização da massa popular, seria transformar a bela manhã de 22 de março numa ilusória miragem, isto sem desconsiderar, pelo grande prestígio pes-

soal do candidato vitorioso e por todos os títulos que o fizeram com justiça, merecedor da confiança do povo e da confiança dos socialistas. Jânio foi, isto sim, um símbolo daquilo que o eleitorado considerava mais imediato e inadiável: uma demonstração clara e inofensável de seu descontentamento diante da situação reinante no país, e o início de uma série de atos — embora limitados ao restrito âmbito municipal — capazes de pôr em prova a eficiência de uma administração realmente baseada na vontade do povo.

Agnado assim, o eleitorado repeliu os velhos partidos e seus donos, chefes, aproveitadores e gerentes e colocou-se, em atitude de vanguarda, à disposição das correntes políticas ainda não maculadas pela lama das trapaças eleitorais, ainda não marcadas pelo estigma das promessas não cumpridas, ainda não comprometidas com os tubarões, os nepotistas imobilizantes, os aventureiros dos latifúndios, os aventureiros de todos os naipes. Colocou-se à frente de nossa débil vanguarda socialista e dos ainda inexperientes quadros (sem trocadilho) dos nossos bravos e corretos aliados eleitorais do Partido Democrata Cristiano.

Que isto tenha causado pânico nas hostes da tubarocracia, é justificável. Já havia precedido do Recife, com a vitória do nosso ousado companheiro Ozório Barbosa, e aqui, porém, fora demais mesmo porque não havia a "explicação" do apoio comunista ao candidato da oposição. Velhos políticos de carreira acordaram e estão escovando a armadura estropeada das legendas com que, nas vésperas de eleição, prometem salvar o povo. A administração honesta, corajosa e irrepressível do sr. Jânio Quadros, na Prefeitura de São Paulo, está aprovando todos os aproveitadores, vadios e picaretas, temerários de que, um dia, a colaboração socialista e democrata cristã que está em experiência na Prefeitura da cidade mais importante da América Latina, se estenda por mais amplos setores, esmagando as suas noções dos mecessos da corrupção e do filitismo que, infelizmente, não constituem privilégio de nenhuma cidade.

O povo nos empurra, a nós, socialistas, para a missão histórica do nosso Partido, que é a de libertá-lo da miséria, do analfabetismo, das favelas, e das secas, sem sacrificar uma só de todas as suas liberdades, sem impedir-lhe a força os "infortes" da "glória eterna ao Grande Stalin", sem zurrar-lhe aos ouvidos que Tito recebe seus subsídios em cheque visado pelo City Bank, sem permitir afinal que ele seja simples massa de manobra na luta entre imperialismos estrangeiros, pois o que Malenkov, Mao-Tsé-Tung e Tito, Dulles e Churchill fazem em seus países é por certo assunto bem menos importante e para o Brasil do que a cheia amazônica, a seca nordestina, a mortalidade infantil e a subnutrição.

Enquanto outros agrupamentos partidários se decompem,

Uma nova Abolição

Discurso pronunciado pelo deputado socialista Cid Franco, no Assembléio Legislativa, a propósito do passagem do data de 13 de Maio.

— Sr. Presidente e srs. deputados, tenho escrito pelo imprensa, tenho dito pelo rádio, já o afirmado da tribuna da Câmara Municipal e da tribuna desta Assembléio, que Joaquim Nabuco, no século passado, declarava que a simples abolição da escravidão do homem negro não bastaria. Se não houvesse reformas básicas, profundas, de natureza econômico-social, com a extinção dos latifúndios, com a democratização do solo, se não houvesse, portanto, uma segunda abolição, os trabalhadores viriam a ser substituídos dos escravos.

Foi absolutamente certo a previsão de Nabuco. Trabalhadores do campo e da cidade são hoje escravizados pelo ganância capitalista.

Fala-se muito nas liberdades do regime em que vivemos. Que liberdades? O operário que vê a miséria dentro do lar tem a liberdade de fazer greve? Pois não vimos a brutalidade do reação policial patronal contra homens e mulheres pacíficos, no grande greve de São Paulo, recentemente?

E não sabemos todos nós que os grevistas de ontem, após a decisão judicial, após a assinatura de um acordo irrisório, sofrem hoje perseguições de toda espécie nas suas fábricas?

E não tem havido demissões de trabalhadores que participaram da última greve, como demitidos haviam sido, anteriormente nas mesmas condições, indímeros bancários?

Não é isso uma escravidão da criatura humana, branca ou preto, aos capitalistas que se transformam, dessa maneira legal e subtil, em novos senhores de escravos?

Razão teve Nabuco, em 1884: sem reformas substanciais do regime, a simples abolição da escravidão do negro não bastaria.

Não me conanei de repetir esta lição do grande brasileiro, do grande homem de cor, com clareza, no século XIX os contradições e injustiças que fariam sofrer a seu povo, no século XX.

Os reacionários da época faziam a mesma coisa que os de hoje fazem. Tachavam Nabuco de comunista.

Ele se rio desmascarar-o, e continuava na sua pregação.

Naquele tempo os "conservadores" se apoiavam na brutalidade dos capitães de campo, que prendiam e torturavam os escravos fugidos, como os "conservadores" de hoje se apoiam na brutalidade de certos policiais para prender e castigar operários grevistas.

A violência dos escravos explodia contra a violência dos capitães de campo. O presidente Ayrão Lima, em 16 de março de 1981, registrou que "o escravo Gabriel assassinou, no termo do Pilar, Manuel Felix Bezerra e feriu gravemente Vicente Ferreira Lima que pretendia amarrá-lo ao seu senhor".

Hoje, existem policiais tão violentos como os antigos capitães de campo.

Mas nada adiantou a sua violência. A idéia abolicionista acabou vencendo no século passado, como a idéia socialista acabou vencendo no século XX.

Trata-se de uma nova abolição: a abolição da propriedade privada dos meios de produção e distribuição da riqueza, abolição que tornará realmente livres todos os que vivem escravizados do capitalismo.

Só na sociedade socialista, sem a exploração do homem pelo homem sem o desejo de lucros individuais que prejudicam o interesse coletivo, terão todos os homens estas liberdades fundamentais: a liberdade de ter casa, a liberdade de ter escola, a liberdade de ter vestuário, a liberdade de ter comida, a liberdade de ter hospital médico e remédio, a liberdade de viver como criatura humana solidária e fraterna com todos os outros.

Este é a manifestação do Partido Socialista sobre a data de 13 de maio.

apoderecem, "cripiniziam", putrefazem, chepa a hora do nosso assumir sua posição, ombro a ombro com o povo, na luta pela prática de uma democracia austera e honesta, que abraça o caminho democrático do nosso futuro regime socialista. A caminho do nosso partido abre-se diante de nós quase inesperadamente, como as águas se abriam aos que buscavam, quase sem possibilidades, a terra do leite e do mel. Temos sofrido derrotas sobre derrotas e permanecemos sempre firmes e unânimes, a despeito do êxito de alguns oportunistas e malandras de eleição. Unádimos-nos agora, em todo o país, para as futuras tarefas; aproveitemos as lições dos pleitos anteriores, e mantenhamos, acima de tudo, o nosso Partido imune do contágio da carcaça apodrecida do petebismo em decomposição. Recebamos, de braços abertos, todos aqueles que militavam ou militam, lutados e de boa fé,

nas hostes queremistas. Não avacalhemos, porém, o Partido Socialista, em alianças políticas com certas ratanazas que, sentindo a água nas tetas, procuram deixar o barco, e nos infeccionar com o seu abraço e se apoderar dos nossos Diretores e da nossa legenda, que será num dia pouco distante a única e fatosa a última esperança do povo.

Acetemos — até com o diabo — eventuais alianças locais, das quais resulte a eleição de senadores, deputados e vereadores socialistas. Não comprometamos porém o partido no pior colaboracionismo que se pode cometer: o colaboracionismo necrófilo, o colaboracionismo com moribundos.

Que o povo não tenha amanhã razões para sentir em nós o mau cheiro dessa carne insustentável e gozadora do populismo, que Satanaz aguarda para as suas deliciosas saturações...

BIRMÂNIA A IUGOSLÁVIA DO ORIENTE

François Bondy

Publicamos aqui a interessante reportagem do escritor francês François Bondy sobre o governo socialista da Birmânia. Trata-se observações reportadas com grande acuidade que, sem dúvida interessarão aos leitores de "Folha Socialista" pelo seu valor informativo e teórico. Dado a extensão da reportagem, divulgamo-la parceladamente.

Segundo os termos da sua constituição, a Birmânia se define pela mesma fórmula que a Iugoslávia: uma "democracia popular" em caminho para o socialismo. Como a Iugoslávia, é governada por uma equipe de jovens marxistas cujo passado, ideologia e paixão revolucionária os haviam preparado para uma luta incansável contra o capitalismo ocidental, sendo que a realidade dos fatos obrigou-os inopinadamente a defender a independência do seu país e a originalidade da sua experiência contra um adversário no qual jamais haviam pensado: o stalinismo.

Gostaria de relatar alguns dos aspectos mais surpreendentes da experiência birmãesa que pude observar durante minha estada naquele país, em novembro último.

Primeiro paradoxo que salta à vista: eis-nos em presença de um regime socialista aplicado a uma economia agrícola e de artesanato, quase sem indústria e essencialmente dependente da exportação de matérias primas. Este paradoxo é tanto mais notável por que chegava eu do Japão, onde uma indústria moderna, eficiente, altamente organizada, tem por complemento uma agricultura moderna, comparável à da Dinamarca pelo nível que alcançou o sistema cooperativo e a instrução do camponês. No Japão, cuja economia se acha no limiar do socialismo — desde que se aceite a concepção marxista segundo a qual o socialismo é a etapa superior de organização que há de suceder ao capitalismo, chegando este a seu ponto de desenvolvimento — o socialismo político está na oposição, dividido em dois partidos, com poucas possibilidades de subir ao poder. Na Birmânia o socialismo está no poder, mas não pode intentar a criação de uma economia socialista moderna, qualquer que seja o sentido que se dê a esta expressão. Ao contrário, a ironia da história quis que um regime que tinha por programa principal a expulsão do capitalismo e do imperialismo estrangeiros se veja obrigado a apelar para capitais e técnicos do Ocidente, para não sucumbir à desintegração econômica já bastante adiantada. Sob a dupla ameaça de uma insurreição comunista e de uma regressão econômica, os revolucionários birmãeses se vêm obrigados a fazer uma aprendizagem rápida das realidades, para as quais sua doutrina e suas atitudes passadas não os haviam preparado. Serão capazes de aproveitar a lição da realidade? Terão tempo? Não lhes fiz estas perguntas de maneira tão clara, mas implicitamente dominaram as entrevistas que tive com os dirigentes socialistas em Rangum.

Poder-se-ia definir o socialismo birmãese pelo encontro internacional de Rangum. Reuniram-se catorze partidos socialistas da Ásia — do Mapai israelita aos partidos socialis-

tas japoneses da direita e da esquerda. Como "delegados fraternais" foram convidados, de um lado, três representantes da Internacional Socialista (Attlee, Bidet e Bjork), e de outro um representante do Partido Comunista Iugoslavo, Milovan Djilas. Esta fórmula, que associa na mesma intimidade o socialismo democrático e o titolismo, é uma lição essencial sobre o socialismo birmãese: significa que se sente tão próximo do comunismo Iugoslavo como do trabalhismo britânico. Na qualidade de observadores havia representantes do Neo-Destour tunisiano e de um partido anti-colonialista da Costa do Ouro; os socialistas birmãeses sentem-se mais solidários com estes movimentos de independência — sejam ou não socialistas — que com seus camaradas da Europa.

Não obstante, o governo birmãese respeita todas as liberdades, especialmente liberdade de imprensa, que o aproxima de seus antigos ocupantes ingleses mais que de toda tradição revolucionária oriental. Graças a esse clima de liberdade, é um país mais ocidental, se assim se pode dizer, que a própria Iugoslávia. Animadores de movimentos de massa, educadores, guerreiros, os dirigentes socialistas birmãeses professam, em relação ao socialismo europeu — particularmente ao francês e ao italiano — uma simpatia mesclada com desconfiança, um respeito moderado. "Se estes partidos não puderam atrair as massas e se não defendem o destino dos seus países, evidentemente são vítimas do plano Marshall e do imperialismo norte-americano": tal é a explicação que me deu U. Kiaw Mynt, secretário geral da frente anti-fascista e um dos principais teóricos do socialismo birmãese. Também ouvi dizer: "O socialismo europeu é que representa um problema para nós, e não o contrário". O trabalhismo inglês, por admirado que seja, é reprovado por haver perdido tão facilmente o poder, graças a uma simples consulta eleitoral. "Atualmente já não encontramos na Inglaterra com quem falar". Tive a impressão nítida de que não entra nos cálculos dos socialistas birmãeses perder o poder tão facilmente.

A Iugoslávia sempre despertou interesse a constituição federal foi inspirada na constituição iugoslava. Mas o interesse não cessa de aumentar, já que a Birmânia tem que defender-se contra o stalinismo, que chegou à insurreição armada em março de 1948 e mantém uma atividade de guerrilhas e de terrorismo no campo e nas regiões pouco acessíveis. A insurreição foi decidida na Conferência dos partidos comunistas da Ásia de Sudeste, celebrada em Calcutá em fevereiro de 1948, rompendo os comunistas com a frente anti-fascista de que eram membros; os socialistas, que até então apenas se distin-

guilam de seus camaradas comunistas, descobriram que a independência recém-conquistada, se encontrava ameaçada de um lado onde sempre haviam visto irmãos de luta, jamais inimigos. Houve um momento em que a insurreição comunista, aliada à rebelião dos karenes, esteve a ponto de triunfar. Se houvesse triunfado, a revolução comunista teria tido consequências imediatas tão graves como um êxito da agressão da Coreia do Norte ou uma Vitória do Viet Minh. Seu retrocesso, graças à resistência de um governo independente, revolucionário e anti-imperialista, assinala uma das grandes viradas da história da Ásia depois da guerra. Porque que al as "esferas de influência" de interesses coloniais não entravam em jogo. Uma nação asiática totalmente independente do Ocidente, de modo algum integrada em um dos campos da guerra fria e além disso perfeitamente "progressista" era deliberadamente atacada com a consequência de uma decisão transmitida de Moscou por um organismo internacional. Os ideólogos europeus que nos explicam que o stalinismo, mau para nós, é bastante bom para os pobres asiáticos, fariam bem se refletissem sobre o sentido desta resistência da Birmânia.

Os socialistas birmãeses, que hoje definem a si próprios como "comunistas arrendpícios" não tiveram então a sua primeira decepção. No começo da guerra haviam depositado a sua confiança no triunfo do Japão, que era naquele momento por muitos asiáticos, interpretado como a extrema esquerda, nação modelo e segurança do triunfo final dos movimentos de independência sobre os imperialismos ocidentais. Um grupo de "trinta camaradas" — cujos sobrenomes constituem ainda os quadros do regime — dirigiram-se clandestinamente ao Japão, do qual esperavam a "libertação" da sua pátria. Os japoneses, como é de supor, não se fizeram rogar. Alegrementemente recebidos como libertadores, logo se revelaram novos opressores. Infinitamente mais cruéis que os precedentes. Os revolucionários que tinham acolhido os japoneses como irmãos, juntaram-se aos ingleses para organizar nova luta pela independência.

Impõe-se um paralelo com a situação presente, visto que são o abastecimento e a ajuda econômica dos Estados Unidos e da Commonwealth que permitem à Birmânia combater de novo por sua independência ameaçada. A Birmânia é, atualmente, um dos países asiáticos que mais se interessa pelas atividades das Nações Unidas, em particular por essas organizações especializadas de iniciais misteriosas, tais como a E. C. A. F. E., a U. N. I. C. E. F. O. H. S. E., evidentemente, a U. N. S. S. C. O., que representam um esforço de solidariedade inter-

nacional na luta contra a ignorância e fome, as epidemias... Os Estados Unidos se acham diretamente presentes pela administração do ponto IV ajuda técnica aos países subdesenvolvidos — e do T. C. A., que é a versão asiática do plano Marshall. Existe, pois, de fato, colaboração com o Ocidente — e se bem que em plena independência — e luta contra a insurreição comunista. Para o observador estrangeiro, isto não parece de natureza a originar uma "neutralidade" como praticam tantos intelectuais da Índia vizinha. A doutrina, longe de partir do exame dos fatos novos, pretende compensá-los e estabelecer um contrapelo. Quando se lê os trabalhos teóricos dos socialistas birmãeses, têm-se a impressão de que o ocidente capitalista lhes parece mau por definição, mesmo quando por casualidade manifesta qualidades úteis, enquanto o comunismo de Moscou e do Pequim não é mau senão por um misterioso acidente, de modo algum ligado à natureza do regime, que em princípio continua sendo excelente.

Esta subestimação constante dos aspectos não imperialistas do ocidente, ao mesmo tempo que dos aspectos imperialistas da União Soviética, racionaliza as paixões de um largo passado colonial, paixões essas que a luta pela independência alimenta. Existem, entretanto, elementos de doutrina, desenvolvidos sobretudo pelos socialistas índus, cuja influência sobre a Birmânia é grande, que põem em discussão toda a base marxista apregoadada pelo regime de Rangum. Para os socialistas da Ásia, as virtudes da centralização, da industrialização intensiva, são duvidosas; admitem que a agricultura asiática deve resguardar-se de adotar técnicas que levem à substituição excessiva do trabalho humano. E' nessa consciência de que a industrialização, a coletivização agrícola e a centralização estatal não são condições necessárias do progresso e da felicidade, que reside o caráter original do socialismo asiático; é nisto que o seu pensamento permanece vivo e foge aos esquemas. Por uma espécie de deslizamento lógico passou de esta concepção à exigência de uma "Terceira Força" que faria do conjunto dos países asiáticos e árabes um bloco neutro, sólido e solidários.

Uma posição de "Terceira Força" tem motivos para seduzir os socialistas asiáticos. Convém notar que assim omitirão o fato da agressão comunista, da qual nenhum "agressão imperialista" ocidental faz objeto, como exigiria a preocupação de simetria desta teoria; também se esforçam eles para olvidar que a ajuda do Império Britânico e dos Estados Unidos, da qual precisamente se beneficia a Birmânia, não poderia ser substituída em breve momento por uma ajuda da Índia, do Paquistão ou da Indonésia e que, por outro lado, o espírito de solidariedade que pressupõe um bloco de "Terceira Força" não se manifestou ainda, até o presente, por ato algum.

Sobre o plano da ideologia, os socialistas birmãeses têm mais ou menos a linguagem dos dirigentes iugoslavos, no ano que se seguiu à ruptura Stalin-Tito. A política de po-

tência da URSS, e o papel do comunismo stalinista como "quinta-coluna" são criticados; mas a Rússia e a China continuam sendo sob certos aspectos os "países modelos". Quando em novembro último, solicitei uma entrevista com o ministro da Agricultura, fiz-lhes saber que acabava de partir à frente de uma importante delegação, para Moscou e Pequim, com o fim de estudar a agricultura de tipo soviético.

Logo fiquei sabendo que os jornalistas russos haviam acolhido a delegação pedindo-lhe contas dos "terríveis campos de concentração birmãeses, onde definham os patriotas comunistas". Dá-se conta da ironia desta questão, quando se sabe que o partido comunista, não obstante fomentar a insurreição no campo, continua gozando nas cidades de uma existência legal e se beneficia de uma tolerância verdadeiramente notável. O primeiro-ministro, Takin U Nu perguntava a si mesmo, certa vez, em um discurso, se verdadeiramente a Birmânia não padecia de um excesso de liberdades democráticas. E' este um problema muito mais real do que o imaginário universo concentracionário birmãese que agtava os comunistas do "Pravda". Recorde-se, a propósito, que, inclusive quando, por instigação de um político direitista, foram assassinados o precedente chefe do governo, Aung Sang e quase todos os seus colegas, a equipe de dirigentes birmãeses não aproveitou a ocasião para instituir um regime policial e totalitário. E, depois de uma luta de quatro anos, contra a insurreição sem cessar renascente, o governo não aboliu nem a liberdade de imprensa nem as garantias judiciais essenciais. Não se pode deixar de desejar que os dirigentes iugoslavos, pelos quais os birmãeses têm tanta admiração, queiram, por sua vez, inclinar-se sobre a experiência da Birmânia e estudem uma "democracia popular" na qual o partido governamental respeita as liberdades democráticas, ainda que não lhe hajam faltado pretextos para estabelecer um estado de alarma permanente.

BUDA E MARX

Um dos aspectos mais curiosos do regime birmãese, e que não oferece paralelo com a experiência "progressista" de nenhum outro país, é o papel importante que desempenha a tradição religiosa. O budismo conservou na Birmânia uma pureza de doutrina e de costumes que não manteve, nem remotamente, em todos os países asiáticos. Graças às escolas monásticas dos povoados, 50% dos birmãeses do sexo masculino — entre as mulheres a proporção é menor — sabem ler e escrever. No movimento de emancipação das mulheres e sua participação nos assuntos públicos, de conformidade, aliás, com uma tradição birmãesa muito antiga, de igualdade dos sexos, a influência e as regras budistas têm grande parte. A igualdade social, simplicidade de costumes, a sobriedade na satisfação das necessidades materiais, são características da Birmânia que estão ligadas ao "clima" budista.

(Concluí no próximo número)

PAGINA SINDICAL

UMA EXPERIENCIA:

A GREVE DOS METALÚRGICOS

o — Antecedentes:

A recente greve de quase um mês, que abrangeu 4 das maiores categorias operárias de S. Paulo, deve nos servir de precioso material, donde é preciso extrair as lições indispensáveis ao desenvolvimento da ação proletária, num sentido cada vez mais avançado e de resultados cada vez mais duradouros e de maior alcance. Se o movimento socialista quiser alcançar aquelas condições que lhe permitam a luta concreta pelo seu programa máximo, é necessário que ele se identifique com a classe operária, assimile as experiências desta e, na função de sua vanguarda autêntica, saiba retirar destas experiências as conclusões necessárias. Esta greve, pela extensão que alcançou e pela sua importância toda especial na atual situação política e social em que vivemos, deve ser cuidadosamente estudada por todo militante e simpatizante do partido, e para este estudo pretendemos oferecer o material proporcionado pela nossa experiência pessoal no setor metalúrgico.

A classe metalúrgica tinha com os patrões um contrato coletivo de trabalho, concluído em fins de 1951 e que reajustara todos os salários a partir de 1945, este contrato foi fruto de longa luta durante 1951, que culminou numa greve parcial, de 24 horas, de protesto contra a instauração do dissídio coletivo cujo resultado foi o acima mencionado contrato de trabalho de 1 ano de duração. Durante o ano de 1952 a elevação brutal do custo de vida obrigou os operários a pedir aumento de salário; a maioria dos patrões, porém, ou concedeu apenas aumentos ridículos de Cr\$ 0,50 a Cr\$ 1,00 por hora, ou alegou a necessidade de esperar o fim do contrato de trabalho dizendo: "Vamos ver o que o sindicato resolve".

Como resultado os operários recorreram ao Sindicato; em fins de janeiro realizou-se a 1.ª assembléia com o aumento de salário na ordem do dia; foi proposta a reivindicação de Cr\$ 800,00 fixos de aumento para todos os operários. Evitou-se pedir uma porcentagem fixa (60% por ex.) para não favorecer os operários mais bem pagos em detrimento dos de salário mais baixo; também a tabela de aumentos, numa porcentagem para cada grupo salarial, dá lugar a injustiças, para com aqueles operários que estão próximos ao ápice de uma tabela em relação aos do início da seguinte (p. ex. 25% de aumento para salários até Cr\$ 2.000,00; 20% para salários até Cr\$ 3.000,00, etc. Aumento para um operário que ganha Cr\$ 1.950,00 é de Cr\$ 487,50; novo salário: 1.950,00 + 487,50 = 2.437,50; aumento para 1 operário que ganha Cr\$ 2.010,00 é de Cr\$ 402,00; novo salário: 2.010,00 + 402,00 = 2.412,00).

Approvada a proposta, redigiu-se um memorial enviando

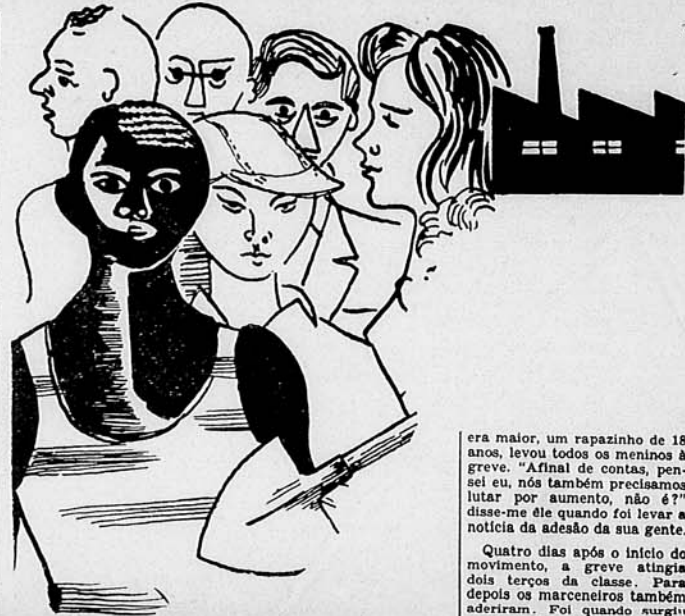
o aos sindicatos patronais. Quinze dias depois, nenhuma resposta ainda chegara; em nova assembléia os operários se dispuseram a tomar as primeiras medidas concretas de luta: a eleição de uma comissão de salários que compartilhasse junto com a diretoria das responsabilidades da luta. Após-se a isto o representante da delegacia regional do Trabalho alegando a inexistência desta medida na ordem do dia da Assembléia, além do fato de as comissões de salários não serem previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas, e desde que a Consolidação não as prevê, evidentemente a Comissão não pode ser formada... Ante a ameaça do representante do DRT de abandonar a assembléia e desta forma despojar o seu valor legal não se elegeu a Comissão, deixando-se à diretoria o encargo de escolher os membros de um "Departamento de Estudos de Aumento de Salários".

Todo o mês de fevereiro se passou sem que viesse qualquer resposta patronal ao pedido do sindicato dos trabalhadores, de ser realizada uma mesa redonda para que este pudesse apresentar as reivindicações operárias. Finalmente, após delongas que causaram extremas exasperações dos ânimos, os patrões consentiram em realizar a mesa redonda em que fizeram aos operários a seguinte concessão... de tomar conhecimento do pedido de aumento de salário.

Outras semanas se passaram antes que finalmente, após protestos, ameaças e uma pasacosta até a Federação das Indústrias, viesse a resposta. Num grande calhambeco, cheio de palavras difíceis os patrões diziam que: o custo de vida não aumentara, com exceção de uns poucos gêneros de 1.ª necessidade (!) e as dificuldades com a energia elétrica e a importação de matérias primas, os impediam de atender ao pedido dos trabalhadores. Nenhuma contra-proposta, nenhuma possibilidade de negociação. Desde este momento só havia uma saída: a greve.

Os trabalhadores através de longa e dolorosa experiência do passado já haviam aprendido que o dissídio coletivo é uma arma patronal, uma forma de amortecer os choques da luta de classes a favor do atual estado de coisas, isto é, lucros enormes provenientes da constante elevação do custo de vida e salários convenientemente congelados para "evitar a inflação". Nas assembléias o recurso do dissídio foi rejeitado unanimemente!

Quando se formulava um ultimatum aos patrões, urgia preparar a greve, já inevitável. Estavam em 20 de março; não havia tempo a perder. Era preciso imprimir material de propaganda, organizar um plano de finanças, convocar militantes, criar um sistema de piquetes. Nada disto foi feito. Os militantes stalinistas no último momento recusaram: Recusa-



rãm-se a aceitar a greve como um fato consumado, não tinham fé no espírito das massas e adotaram a linha de "segurar" o movimento; insistiram em continuar formando comitês de empresa, trabalho sem dúvida importante, mas longe de ser eficiente quando se estava a alguns dias do início do movimento.

No dia 25 de março, nova assembléia; pouca gente. As massas desanimaram diante de tantas prolações. Todos sabiam que havia algo a fazer; mas não se tinha claro nem quando nem como. Subitamente estourou a notícia: os textos entraram em greve! Júbilo intenso; solidariedade comovente de todos operários. De repente é proposta por um stalinista, a greve de solidariedade. E numa assembléia pequena, inesperadamente, os mesmos que antes impediram qualquer preparação concreta do movimento, declararam iniciada a greve. Ao oportunismo medroso seguiu-se o aventureirismo temerário.

b — A fase da ascensão

No primeiro dia de greve a esmagadora maioria da classe conheceu a notícia pelos jornais. Somente 11 fábricas paralizaram o trabalho. Na sede dos grevistas, confusão absoluta. Tudo se improvisava: gente sem experiência recebia tarefas muito acima de sua capacidade; não havia planos, tudo se fazia tateando. Pouco a pouco as coisas foram-se ordenando. Os operários em greve vinham em massa, ao Salão das Classes Laboriosas. Lá se formavam piquetes que iam fazer parar novas fábricas. Os operários destas vinham por sua vez, formavam suas comis-

sões de finanças, recebiam bonus para vender, organizavam novos piquetes e assim por diante. Desta forma a greve se alastrou.

Logo no início houve sério perigo de o movimento ser estrangulado; salvou-o porém a combatividade e a consciência de classe do operariado paulista. Enquanto a Comissão Central andava numa confusão tremenda, tentando organizar aquilo que se estava tornando um caos, os operários, mais ajudados de cada empresa levavam seus companheiros à greve. Os piquetes longe de serem em brigadas de luta, nesta fase, eram sobretudo mensageiros do sindicato, portadores da palavra-de-ordem: "GREVE!". A noite, dezenas de operários iam ao quartel-general ou à sede do sindicato, pedir a formação de piquetes para suas fábricas que ainda não tinham parado: "Basta mandar um homem só, que possa falar pelo sindicato, e nós para!" A espontaneidade das massas, o espírito de dedicação e altruísmo dos elementos mais simples da classe operária foi a causa primeira deste movimento: único pela sua extensão; a organização e a sistematização das tarefas só vieram muito depois e tiveram seus efeitos, bem vitais por sinal, nos difíceis dias finais da greve. Haveria não poucos casos comoventes a registrar: o daquela fábrica em que 16 operários paralizaram o trabalho e 800 homens continuaram no serviço até que chegasse o piquete pedido pelas primeiras e fizesse com que todos aderissem ao movimento; ou daquela outra que só empregava menores, que nem estavam registrados, e na qual o único que já

era maior, um rapazinho de 18 anos, levou todos os meninos à greve. "Afinal de contas, pensei eu, nós também precisamos lutar por aumento, não é?" disse-me ele quando foi levar a notícia da adesão da sua gente.

Quatro dias após o início do movimento, a greve atingia dois terços da classe. Para depois os marceiros também aderiram. Foi quando surgiu a pasacosta que serviu para dar um caráter de sensacionalismo à greve. Vale a pena analisar aqui a sua história.

(Conclui no próximo número)

Movimento de Orientação Sindical (M. O. S.)

Está sendo constituído em São Paulo o Movimento de Orientação Sindical, entidade destinada a lutar pela completa autonomia e liberdade dos sindicatos de trabalhadores. O M. O. S. é integrado por elementos de várias filiações partidárias e políticas e por elementos sindicalistas independentes, que pretendem levar avante um programa de frente-única contra qualquer interferência governamental, ministerialista, ou política nos sindicatos operários. Um dos pontos básicos do M. O. S. é combater o partidarismo político no seio dos sindicatos, isto é, combater aqueles que, tendo conseguido alguma influência no meio sindical, pretendem fazer com que o sindicato tire os seus objetivos político-partidários, o que tem causado sérios prejuízos à luta do proletariado em torno de suas reivindicações imediatas.

O Movimento de Orientação Sindical vem realizando suas reuniões preliminares no sede do Centro de Cultura Social, à rua José Bonifácio, 387. Nosso jornal desde já manifesta o seu inteiro apoio a essa iniciativa, concitando todos os trabalhadores socialistas a ingressarem no Movimento, como um organismo de luta sindical que há muito se faz necessário.

A Lição das Greves

Os movimentos grevistas de abril último tiveram significado muito importante. Representaram a primeira grande manifestação de consciência de classe do proletariado de São Paulo e da sua disposição de luta contra a exploração patronal e capitalista. Durante mais de um mês os setores mais importantes do proletariado de São Paulo permaneceram mobilizados ativamente, não se deixando abater diante da furiosa reação das classes patronais e do governo que os representa. E, finalmente, foi conquistada uma vitória bastante expressiva para os condições atuais do Brasil.

Todos sabem que a greve é praticamente proibida no Brasil. Permanece em vigor, ainda, a legislação facista do tempo da Estado Novo, que considera a greve como crime e permite a dispensa de qualquer empregado grevista, sem pagamento de indenização. Pouco tempo antes de promulgada a Constituição de 1946, o governo Dutra pôs em vigor o famigerado decreto-lei n.º 9.070 que, a pretexto de "regularizar" o direito de greve, teve como objetivo, na verdade, proibir a greve e permitir a sobrevivência da legislação reacionária da ditadura. Com o advento da Constituição, que incluiu o direito de greve entre as garantias individuais, segundo o modelo da maioria das constituições democráticas, todas as leis da ditadura, que proibiam a greve, tinham de ser automaticamente consideradas revogadas. Mas, graças à "regulamentação" feita pelo decreto-lei n.º 9.070, do governo Dutra, a proibição foi mantida, até que o Congresso Nacional elabore uma lei regulamentando o dispositivo constitucional que garante o direito de greve aos trabalhadores.

Mas o Congresso Nacional é composto de bons e fiéis representantes da burguesia brasileira. Parisso, a regulamentação do direito de greve ficou para os calendários gregos. Um projeto apresentado em 1947, que, apesar de muitos falhos, visava assegurar de fato a garantia do direito de greve estabelecida na Constituição, ficou engavetado e lá está dormindo até hoje. De modo que a questão da greve continua regulada pelas leis facistas da ditadura e pelo decreto-lei diturista de 1946, todos anteriores à Constituição. E, utilizando-se desses leis reacionárias, o governo e os patrões, através da polícia e da Justiça do Trabalho, têm exercido a mais feroz repressão contra qualquer tentativa de luta independente dos trabalhadores, através da greve.

Toda essa aparelhamento legal e governamental reacionário ficou sistematicamente comprometido com o último movimento grevista em São Paulo e alguns movimentos de Rio e de outros pontos do país. O governo, a Justiça do Trabalho, e os patrões, viram-se impotentes diante do movimento grevista, dada a grande extensão deste. A polícia ficou impossibilitada de prender e espancar todos os grevistas, como teria feito, se a número destes fosse pequeno. Os patrões foram obrigados a capitular ante a ameaça de agravamento da situação para eles e não puderam praticar atos de represália, que iriam atingir um número enorme de trabalhadores. A Justiça do Trabalho foi obrigada a se pronunciar a favor das reivindicações proletárias, para não ficar desmoralizada e desmascarada como instrumento patronal. Isso quer dizer que as armas da reação capitalista ficaram desmontadas diante da força e da vontade de luta demonstradas pelo proletariado.

Fato importante a assinalar no movimento grevista foi a participação de alguns sindicatos, de forma completamente independente de qualquer controle do Ministério do Trabalho. Isso vem demonstrar que o proletariado brasileiro está começando a compreender que só através de uma organização sindical livre e autônoma é possível alcançar conquistas no terreno econômico.

O movimento grevista em São Paulo e a participação dos sindicatos na sua direção valeram, portanto, como uma lição prática para todos os trabalhadores do Brasil, como uma experiência de grande valor para o futuro. Com isso ficou demonstrado que o proletariado pode impôr a sua vontade, desde que seja capaz de agir com firmeza e coesão, no sentido de obter a satisfação de suas reivindicações. Demonstrou-se que as únicas armas eficientes de que dispõem os trabalhadores são o sindicato livre e o direito de greve. Demonstrou-se que o proletariado pode impôr, que sejam respeitadas as suas garantias democráticas fundamentais, ainda que as classes dominantes e seus representantes no Parlamento, no Governo e no Poder Judiciário tenham em negar aquelas garantias.

Com o aproveitamento dessa lição, novas conquistas assistiremos, talvez em futuro próximo.

Em marcha para as próximas Eleições

A grande vitória popular das eleições de 22 de março em São Paulo deve ser seguida de novas vitórias do povo nas próximas eleições estaduais e federais. O povo de São Paulo e do Brasil deve se preparar para levar ao governo do Estado e à presidência da República homens de comprovada energia e devota-

dos aos problemas dos trabalhadores e das classes médias. É preciso eliminar da vida pública os políticos profissionais e aventureiros comprometidos com a corrupção administrativa, com a plutocracia exploradora, com a reação e o imperialismo estrangeiro.

Onde está a Participação nos Lucros?

A participação dos empregados nos lucros das empresas consta da Constituição de 1946 como uma das garantias dos trabalhadores. Mas, até agora, o Congresso Nacional não votou a lei que regulamenta esse dispositivo constitucional. Um projeto que foi apresentado vem se arrastando há vários anos pela Câmara dos Deputados e já sofreu tantas mutilações que praticamente qualquer participação dos empregados nos lucros. Mesmo assim, a Câmara dos Deputados não solta o projeto. Há cerca de um ano o projeto entrou em discussão final, mas o sr. Gustavo Capanema, líder da maioria e representante do governo (de um governo que se diz trabalhista) na Câmara, conseguiu suspen-

der a discussão "por trinta dias". E, desde então, o projeto ficou engavetado, não se sabe onde e não se tem falado mais nele.

A verdade é que as classes capitalistas brasileiras, muito bem representadas na Câmara dos Deputados e no Senado, por grande maioria, não querem cumprir a Constituição. Têm medo de que a participação dos empregados nos lucros possa despertar nos trabalhadores o interesse e a vontade de participação na direção das empresas. E nisso ali os atrazados capitalistas brasileiros já estão vendo o fantasma do socialismo e do comunismo que eles temem como o Diabo à cruz.

A lei sobre regulamentação da participação nos lucros das empresas só será arrancada do

Congresso por uma campanha popular. Os políticos profissionais que estão no Congresso são bons serviciais das classes capitalistas. Mas também são políticos profissionais que gostam muito das regalias e honrarias de sua posição de "representantes do povo" e, por isso, temem perder o eleitorado, cair na impopularidade. Uma campanha popular bem orientada pode levá-los a atenderem à vontade do povo, especialmente dos trabalhadores que constituem a grande maioria. Só assim será possível obter logo a lei de participação nos lucros, assim como outras, esperadas pelo proletariado desde que foi promulgada a Constituição de 1946. Já está uma tarefa para os sindicatos.

Imprensa Sindical

Newton Carlos

A imprensa sindical no Brasil ainda hoje está na mesma situação em que se encontrava a imprensa política depois do golpe do outubro de 45, com a diferença fundamental quando se fala em existir: logo que a política evoluiu no sistema democrático recente conquistado, a imprensa política saiu da toca forçada e soube acompanhar-lhe os passos na mesma proporção, evoluindo com ela. Significa que não faltou à política o apoio necessário da imprensa e de uma imprensa que logo recuperou a especialização perdida nos tantos anos de censura e ausência de política.

A política sindical evoluiu e a imprensa sindical não aparece, porque não existe. Eis a diferença fundamental: a imprensa política apenas dormia, censurada, e a sindical ainda precisa nascer. E o que se verifica é o aparelhamento, embora lento e moderado, de uma nova mentalidade sindical, de líderes sindicais relativamente esclarecidos e que procuram esclarecer-se, que sentem realmente o problema da liberdade sindical, aparecimento cercado por uma imprensa onde o sindicalismo é sonogado como se fosse coisa de desordeiro e vagabundo ou por jornalistas que pouco sabem de problemas sindicais, muitos viciados e apegados ao regime imposto pelo Estado Novo (ainda hoje vigorando), porque o "pelego" tem imposto sindical para gastar em publicidade ou porque se sentem ameaçados na verba permanente dos editais de assembleias.

A culpa é muito dos diretores de jornais. Acostumaram-se a não dar importância ao movimento sindical, satisfazendo-se com o pouco de má fé e dirigismo absoluto dos noticiários feitos no ministério do Trabalho. A conveniência do "pelego". Incapazes de sen-

tir a que passos caminha a evolução do sindicalismo entre nós, ao ponto de ameaçar a própria política partidária, superando-a, não compreendem que é do interesse do próprio jornal organizar desde já o seu corpo de redatores sindicais capazes, porque assim o exigem as circunstâncias. E irão exigindo mais, dia a dia.

Prova flagrante do que afirmamos é o caso da pluralida-

de sindical. Quase toda a imprensa (em S. Paulo, toda) ingenuamente ou de má fé, faz o jogo dos "pelegos", dando aspecto de movimento sensacional (greves e outros bichos) a um gesto de desespero, incapaz de interessar ao trabalhador, porque é desespero do "pelego" ameaçado. E isto só pode prejudicar ao jornal, prejudicando também, é claro, ao sindicalismo em ascensão — não custa conciliar interesses.

Convenção Nacional do Partido Socialista

O Diretório Nacional do Partido Socialista Brasileiro resolveu fixar os dias 10, 11 e 12 de julho próximos, para realização da Convenção Nacional ordinária do Partido, que deverá eleger novo Diretório Nacional. A Convenção desta vez terá lugar em São Paulo, em local a ser previamente designado. Além da eleição do novo Diretório, a Convenção deverá discutir vários temas de orientação política e programática do Partido, que serão fixados com a devida antecedência, afim de serem discutidos nas organizações partidárias de base. Para essa Convenção já foi eleita, na última convenção estadual, a delegação que representará o Partido em São Paulo e que é composta das seguintes pessoas: Wilson Rahal, Rogé Ferreira, Mario Scholtz, Cid Franco, João da Costa Pimenta, Alípio Corrêa Neto, Jairo Martins, João Caetano Alves Junior, João Carlos Azevedo, Hozair Mota Marcondes, Plínio Gomes de Melo, Oswaldo Melantônio, Febus Gikovate, Germinal Feijó, José Calazans de Araujo, Renato Rocha, Fulvio Abramo, Antonio Costa Corrêa, Ari Lex, Antonio Candido de Melo e Souza, Domingos Carvalho da Silva, Francisco Morato de Oliveira, João Siqueira, Jacob Miranda, Simão Podolski e Hermínio da Silva Vicente.

Um mês da administração Janio Quadros justifica o apoio socialista.

Decorreram pouco mais de trinta dias da administração de Janio Quadros na Prefeitura de São Paulo. Prazo muito curto para qualquer empreendimento de envergadura, pois nem sequer é suficiente para dar um balanço exato na situação financeira da municipalidade e traçar um plano de trabalho. Mas esse curto prazo já foi suficiente para provar que o apoio dado à candidatura de Janio Quadros foi certo, sob o ponto de vista da política socialista.

Pessoalmente, Janio vem provando que é aquilo que os socialistas esperavam que ele fosse, na chefia do governo municipal: um homem combativo e enérgico, na defesa dos interesses populares, especialmente da massa trabalhadora, inflexível em seus princípios, de uma honestidade de propósitos e de uma capacidade de trabalho sem iguais. Sob o aspecto político, propriamente, Janio vem confirmando todas as expectativas. Embora não tendo filiação ideológica nem partidária socialista, não vacilou ele em franquear postos de grande responsabilidade e importância, na administração municipal, a elementos do Partido Socialista Brasileiro.

Quando os socialistas de São Paulo deram seu apoio à candidatura de Janio Quadros e se empenharam na campanha de que resultou a vitória de 22 de Março entre certos que de Janio, uma vez eleito, honraria plenamente os compromissos assumidos com a população paulistana, isso está acontecendo.

É certo, Janio não poderá resolver os problemas mais prementes da população de São Paulo, pois isso depende de uma ampla reforma de profundidade, só possível em âmbito nacional. Mas a sua administração poderá fazer muito coisa, no sentido de atenuar esses problemas. E os primeiros sinais de que isso se fará já estão aí, à vista de todos.

A nova administração municipal, por ora está tratando de fazer o levantamento geral da situação, como base de um plano de trabalho, e executando a limpeza das enormes sujeiras depositadas pelas administrações dos últimos anos. Uma política de rigorosa economia dos dinheiros públicos foi iniciada na Prefeitura e isso significa possibilidade para, em futuro próximo, serem atacados, com recursos adequados, problemas fundamentais para a massa popular, como sejam o transporte, o abastecimento de gêneros e carne, o alojamento e melhoria de condições de conforto e higiene dos bairros proletários afastados do centro, o aumento de grupos escolares e parques infantis, etc. Inaugurou-se na Prefeitura uma fase de moralização administrativa que é contraste chocante com a desastrosa corrupção que campeia pelo Brasil todo, sob o reinado dos políticos burgueses, a começar pelo governo federal. As despesas do gabinete do Prefeito que, no tempo de Arruda Pereira passavam de 150 contos por mês, no primeiro mês de administração de Janio foram redu-

zidos a onze contos. Só com a eliminação dos vantagens ilegais e "comedeiros" instalados pelos malandros ademaristas na Prefeitura, esta terá uma economia de várias dezenas de milhões de cruzeiros, mensalmente. Esse dinheiro economizado nas mãos de administradores interessados em resolver os problemas do povo significa um grande passo na solução desses problemas.

Janio Quadros vem demonstrando que não se deixa intimidar pela campanha desencadeada por parte da imprensa burguesa, a serviço de interesses capitalistas e dos aventureiros políticos. E também não se deixa envolver pelas cantilenas e manhas da burguesia. Os casos do atleta Ademir Ferreira da Silva e do Teatro Municipal são uma prova disso. No primeiro caso, os reacionários e malandros ademaristas quiseram aproveitar-se de um incidente sem importância, em que o Prefeito se limitou a cumprir a lei, punindo um funcionário faltoso, para desmoralizar a administração Janio Quadros perante a massa popular dos afetados do esporte. Mas, ante a firmeza demonstrada por Janio, que não aceitou as provocações feitas nesse terreno, foram obrigados a calar-se. No caso do Teatro Municipal, também se procurou incompartibilizar Janio com certos setores da opinião pública de São Paulo. Procurou-se explorar o "orgulho paulista", esse bazeiro de políticos corrompidos e granfinos decadentes. Procurou-se demonstrar que, com a paralisação da reforma ordenada por Janio, São Paulo iria ficar sem Teatro para as festas do Quarto Centenário. Mas todos sabem que a reforma do Teatro Municipal foi um verdadeiro crime praticado pela administração Arruda Pereira, um fato que bem demonstra a mentalidade dos políticos e governantes burgueses, pretendendo banjar quantias fabulosas tiradas do povo no preparo de festas granfinas, privilégio de plutocratas e políticos encasacados, festas das quais o povo não participa. E Janio resistiu com firmeza, manteve-se inflexível na condenação da criminosa reforma ordenada por Arruda Pereira. E a imprensa reacionária, defensora d'esse "paulitismo" bobo e rançoso, foi obrigada a calar-se.

Estes e outros episódios vem demonstrando que, embora não situado no campo ideológico e político do socialismo, Janio logo completamente às normas da política burguesa, que hoje é toda feita de corrupção, demagogia, covardia e ineficiência. Janio coloca-se à frente dos interesses populares e da defesa dos princípios democráticos com a coragem, a firmeza e disposição de trabalho, que, por certo, só um autêntico socialista teria.

Os socialistas de São Paulo, portanto, só têm motivos para satisfação pelo acerto de seus votos, e para continuarem dando apoio ao governo municipal de Janio, que mais do que nunca é plenamente justificado.

A. Costa Corrêa

Diretório Regional do Partido Socialista

Na Convenção Regional realizada em 1.º de maio último, foi eleito o novo Diretório Regional do Partido Socialista Brasileiro, que ficou assim constituído: Alípio Corrêa Neto, Antonio Costa Corrêa, João da Costa Pimenta, Renato Rocha, Mario Scholtz, Jairo Martins, Henrique Peres, José Antonio Rogé Ferreira, Wilson Rahal, Plínio Gomes de Melo, Febus Gikovate, Domingos Carvalho da Silva, José Calazans de Araujo, Carlos Anselmo, Francisco Nascimento, Laurentino Furtado, Cid Franco, Simão Podolski, Julio Franco de Araujo, Fabio Moura, Estevam Warvick Kerr. Suplentes: José Mario Junqueira, Francisco Morato de Oliveira, Floreal Pimenta, Eduardo Barnabé e Marcelino Serrano.

AOS SOCIALISTAS DA CAPITAL E DO INTERIOR DO ESTADO

A Comissão Executiva Estadual do Partido Socialista lança um apelo a todos os socialistas de São Paulo, no sentido de um esforço pelo desenvolvimento da organização partidária em todo o Estado. Todos os que tiverem indicações a fazer sobre possibilidades de organização de grupos de ação e diretórios do Partido, na Capital e no interior do Estado, devem dirigir-se, pessoalmente ou por carta, à secretaria do Partido, à rua João Alfredo, 118, 4.º

Atividades da Comissão Executiva Estadual

Em sua reunião de 22 de maio último, a Comissão Executiva Estadual do Partido Socialista, entre outros assuntos, resolveu estabelecer um plano de trabalho inicial para o Partido no Estado de São Paulo, do qual constam os seguintes pontos: 1.º) — Edição da "Folha Socialista", de forma regular, quinzenalmente, a partir do dia 5 de junho; 2.º) — Realização de excursões quinzenais a cidades do interior, para organização do Partido, realização de comícios e intercâmbio partidário; 3.º) — Constituição de uma comissão sindical e reativação do trabalho sindical do Partido; 4.º) — Preparação da Convenção Nacional do Partido, a realizar-se em São Paulo, nos dias 10 a 12 de julho próximo.

DA RESPONSABILIDADE HISTÓRICA DO PARTIDO SOCIALISTA

OLIVEIROS S. FERREIRA

A eleição do sr. Janio Quadros para a Prefeitura de São Paulo e os recentes adições de deputados federais ao Partido Socialista Brasileiro são, na história de nossa organização, dois elementos de grande importância, atestando que, apesar das conhecidas debilidades organizatórias de que ainda não se conseguiu livrar nos seus 7 anos de vida, o Partido Socialista vai ganhando projeção na vida política nacional e é uma organização a quem os jornais já se dão o trabalho de emprestar alguma importância. Mas se isso significa, de uma parte, que já possamos da fase embrionária dos primeiros tempos, de outra quer dizer que o Partido Socialista tem de encarar, com maior seriedade do que o fez até agora, a sua posição ante o desenvolvimento futuro da situação política do país. Porque agora já não somos mais o "club de intelectuais" — nome pelo qual muitos denominavam a antiga Esquerda Democrática — mas um partido com responsabilidades no poder e que tem procurado, através de sucessivos pronunciamentos de seus altos dirigentes, assumir responsabilidades ainda maiores, mediante a formação de uma frente única das "esquerdas" brasileiras contra a marcha da reação.

Creemos que o poder veio ter muito cedo às mãos dos socialistas — ou inversamente, que os socialistas não amadureceram com a sufi-

ciente rapidez para fazer face a essa conjuntura — encontrando o Partido sem a necessária preparação ideológica e política para saber enfrentar a grave situação por que atravessou o país. Nossos organismos dirigentes de há muito perdiam o sadio costume de, mediante documentos cuidadosamente elaborados e amplamente debatidos, analisar e tomar posição diante dos acontecimentos. O escândalo do algodão passou sem que se desse uma grande publicidade à posição partidária; o outro escândalo do Banco do Brasil e das concessões de licenças prévias pelo CEXIM a firmas cujos dirigentes se ligaram ao Cateite não mereceram a atenção do PSB; o dinheiro público é malbaratado e a economia nacional atravessa uma crise sem precedentes sem que os socialistas se preocupem com o estudo das causas determinantes dessa situação. — Não basta, evidentemente, repetir como o aluno bcnzinho que decora a lição: é o regime capitalista — com propriedades os remédios específicos — Não é suficiente dizer: socializemos a produção.

O Partido, não obstante ter responsabilidades no poder e estar buscando outros, ainda não se capacitou de que a teoria é básica e indispensável a qualquer agrupamento que queira um dia dirigir uma nação. O horror aos teóricos, aos documentos definidores de posição, de aná-

lise, crítica e proposição de soluções, são abandonados porque não trazem nenhum para as fileiras partidárias, em compensação, os bolchevistas se preocuparam com oferecer soluções teóricas aos problemas gerais do capitalismo e específicos do capitalismo russo, e tomaram o poder. E se um dia fomos governo e continuamos com o amor à ação pela ação e o horror àqueles que procuram mostrar os caminhos para onde dirigir o país, ver-nos-emos na necessidade de fazer tudo empiricamente, o que vale dizer, não fazer nada certo.

As nossas responsabilidades históricas são bem maiores do que a de participação nos governos ou formação de frentes "esquerdistas". Sem que comecemos, desde já, o estudo pormenorizado de nossos problemas básicos e da maneira de resolvê-los — inclusive dentro dos quadros gerais do capitalismo, — de nada adiantar existirmos como partido. Seremos levados de roldão pelos acontecimentos e marcharemos à retaguarda do movimento de massas. Seremos os caudatários da revolução e não os seus dirigentes.

Esses problemas — para alguns de todo dispensáveis — ligam-se de perto, no plano de nossas responsabilidades históricas, ao da estruturação dos quadros partidários. É assunto sobre o qual voltaremos em outra oportunidade.

O Povo de São Paulo deve se preparar para uma nova "Vassourada" nas próximas Eleições Estaduais

Aviões a jacto - Brinquedo que custa caro ao povo

O governo de Getúlio vem se especializando em dar mostras cada vez mais expressivas da sua inépcia, da sua incapacidade e desmoralização. Al está o episódio da vultosa compra de aviões a jacto, feita na Inglaterra, que é um fato bem expressivo.

Nessa compra, o Brasil gastou muitas dezenas de milhões de cruzeiros em divisas que se tiveram um governo com algumas parcelas de grande e de interesse pela solução dos problemas nacionais, deveriam ser aplicadas em equipamento industrial pesado e outros materiais que tanta falta estão fazendo ao Brasil. Mas não. As divisas foram queimadas para que o Brasil possa "fazer bonito", mostrando que também tem os seus aviões a jacto. Exibindo os aviões nos céus brasileiros, o Ministério da Aeronáutica pode distrair um pouco o povo embriagado pelos pobres-diabos e fazê-los esquecerem-se dos seus problemas.

Qualquer criança de curso primário sabe que a capacidade bélica de um país depende quase que exclusivamente do seu potencial econômico. A guerra moderna ganha-se e nos laboratórios, nas usinas de aço, nas fábricas de maquinário pesado, nas usinas de petróleo e de energia elétrica. A vitória dos americanos sobre os japoneses foi quase que exclusivamente um feito dos cientistas e das fábricas que produziram a bomba atômica. Por isso, um país pobre, com uma população paupérrima, com economia

debilítada, como é o Brasil, não se pode dar ao luxo de dispendir muito dinheiro com exércitos, marinhas, armamentos e aviões militares. Quanto mais gastar, com essas coisas, mais estará se enfraquecendo, sob o aspecto militar, porque estará desviando recursos que deviam ser concentrados no desenvolvimento industrial e no aparelhamento econômico da nação. Um país que não fabrica um automóvel ou um avião, que não usa gasolina própria nos seus transportes, como é o Brasil, representa um valor militar nulo. E não ser que consideremos como valor militar o papel de fornecedor de tropa, de material humano, para guerras armadas e conduzidas pelos grandes competidores imperialistas em outros países.

Mas o governo inépto como é o do sr. Getúlio Vargas tem de lançar mão desses truques, para ver se agrada os altos chefes militares brasileiros. Proporciona ao sr. Ministro da Aeronáutica uma exibição de aviões a jacto, que custaram muito dinheiro ao Brasil. Uma exibição que é como um brinquedo muito caro, para grunfinos e gosadores que se encontram aboletados nas posições de mando no país. E com a agravante de que quem paga esses brinquedos é o Brasil que não tem indústria pesada, que não tem petróleo suficiente nem energia elétrica. É o povo brasileiro que oha esse brinquedo caro sem satisfação alguma, do meio da sua pobreza franciscana.

Folha Socialista

NOVA COMISSÃO EXECUTIVA ESTADUAL

No dia 14 de maio último realizou-se a reunião plenária do Diretório Regional, para eleição da Comissão Executiva Estadual do Partido Socialista, que deverá dirigir o Partido no Estado de São Paulo, pelo prazo de um ano. Ficou assim constituída a Comissão: Presidente, Alípio Corrêa Neto; secretário geral, Febus Gikovate; 1.º secretário, José Antonio Rogê Ferreira; 2.º secretário, Domingos Carvalho da Silva; tesoureiro, Plínio Gomes de Melo; secretário de propaganda, Antonio Costa Corrêa; secretário de finanças, Wilson Rahal; secretário sindical, João da Costa Pimenta; secretário de assistência e educação, Cid Franco.

O Acordo Brasil-Estados Unidos — Sinal dos Tempos

Nada poderia ser mais expressivo e mais repugnante do que o espetáculo dado pelo governo brasileiro e pelo Congresso Nacional, aprovando o apressadamente o acordo militar Brasil-Estados Unidos.

A aprovação do acordo foi apresada, afim de que os Estados Unidos efetivassem o empréstimo de 300 milhões de dólares, (6 milhões de contos de reis, mais ou menos), como de fato emprestaram, para que o Brasil, com esse dinheiro, pagasse suas dívidas aos próprios norte-americanos. Apenas algumas vozes isoladas, dos representantes socialistas e de alguns outros parlamentares que souberam honrar e dignificar o seu mandato popular, levantaram-se para combater o vergonhoso "acordo".

O acordo militar é, na verdade, um documento de imposição imperialista dos norte-americanos ao Brasil. A pretexto de "defesa do hemisfério ocidental", os Estados Unidos instalam-se como verdadeiros senhores em nosso país, que fica

reduzido a uma completa subordinação colonial. É que na fase expansionista e militarista atual do imperialismo norte-americano, os Estados Unidos já não se limitam às formas de domínio tradicionais dos imperialistas, isto é, domínio através do comando econômico. Enveredam eles por formas de dominação diretas, que deixam bem marcada a sujeição dos países economicamente débeis, sujeitos à sua influência.

A assinatura do acordo só foi possível em virtude da completa incapacidade das classes dominantes brasileiras, que não vêm outra saída para as suas aperturas econômicas senão no "cucullo" dos seus "protetores" norte-americanos. Classe precocemente decadente, incapaz de um esforço de envergadura, vazia de conteúdo moral, sem nenhuma expressão de civismo, a burguesia brasileira prefere continuar na sua rotina cômoda, do ganho fácil e imediato. Ainda que para assim continuar seja preciso vender o Brasil aos imperialistas americanos.

Acusações Recíprocas

Instalou-se, a 27 de Junho, em S. Paulo, a Primeira Reunião Plenária da Indústria para Exame do Conjuntura Econômica Brasileira.

Assustados em face da crise econômica que se vem agravando rapidamente, o representante do governo, o sr. Maciel Filho, Diretor da Superintendência da Moeda e do Crédito e os srs. Euváldo Lodi, Presidente da Confederação Nacional da Indústria e Antônio Deviate, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo, se acusaram reciprocamente em seus discursos inaugurais. Apesar de pretenderem esconder a gravidade da situação, rotulando a atual conjuntura de crise de crescimento, transparecem claramente, nos discursos pronunciados, as acusações de inépcia administrativa, corrupção e ganância desenfreada.

Deixamos falar os representantes do Governo e dos industriais. Afirma o sr. Maciel Filho: "Prejudicial é a mentalidade, atualmente dominante, do lucro fácil, da especulação. Não se quer mais ganhar uma parcela do capital, como no ano. Quer-se ganhar todo o capital num ano. Quer-se ganhar 100%. Mas é preciso lembrar que o

risco é proporcional ao lucro. Se se ganha 100% — como acontece atualmente na economia brasileira — está-se arriscando 100%. O risco, que é para todos, é a iniquidade social, a crise, a dificuldade monetária, cambial e de crédito. O sistema bancário brasileiro sofreu, nos últimos tempos, a infiltração de elementos perturbadores, embora atualmente esteja sendo progressivamente reajustado. Não é fácil, porém, à administração, resolver certos problemas, porque ninguém quer dizer a verdade. Todos procuram esconder a verdade — os dados comprovatórios da produção, dos lucros, das operações comerciais e econômicas — querendo com isso usufruir".

O Sr. Antônio Deviate, por sua vez, afirmou, no decorrer do seu discurso: "Defrontamo-nos, sem dúvida alguma, com situação das mais delicadas e difíceis da vida do País. Estamos vivendo a experiência de uma nova lei cambial; dentro de alguns meses o Parlamento Nacional irá votar a lei de licença-prévia. O surto inflacionário cria condições de vida dia a dia mais insuportáveis para a quase totalidade da popula-

CAMPANHA DE AUXÍLIO A

"FOLHA SOCIALISTA"

O jornal socialista de São Paulo, por ora sairá quinzenalmente, nos dias 5 e 20 de cada mês. Mas logo que contarmos com recursos suficientes, passará a sair semanalmente ou mesmo diariamente. Isso depende da cooperação de todos os socialistas e simpatizantes do socialismo, de São Paulo e do Brasil. Auxílio de qualquer espécie será recebido de bom grado. Colaborações intelectuais sobre assuntos doutrinários, políticos e sociais, informativos, etc. Cooperação em dinheiro através de doações, subscrição de assinaturas, anúncios, v e n d a avulsas, etc. Cooperação no trabalho material de feitura e distribuição do jornal. O esforço de todos os socialistas e simpatizantes depende a criação da imprensa socialista em S. Paulo e no Brasil.

Os interessados devem dirigir-se à rua João Adolfo, 118, 4.º andar.

ção brasileira. O comércio exterior da Nação atravessa uma crise talvez sem precedentes em nossa história. O trabalho das nossas fábricas sofre, assim, perturbações fundamentais agravadas, ultimamente, por uma crise, sem paralelo, no suprimento de energia elétrica. Nas os homens da produção que manipulamos e criamos, afinal, as grandes forças que formam a riqueza da Nação, estamos sofrendo, a cada instante, o impacto poderoso de fatores e elementos que põem em perigo o nosso trabalho e criam, em nosso espírito, sobressaltos e inquietações quanto ao futuro do País.

O problema social do desemprego, de milhares de brasileiros sem o seu ganha-pão, diante da possibilidade de um colapso econômico, caso não saibamos evitá-lo, aflige-nos mensalmente.

Não nos tem faltado o apoio decidido dos poderes constituídos à expansão industrial do País. Erros, e graves sem dúvida, têm sido praticados. Estamos aqui exatamente para apontá-los, e, ao mesmo tempo, indicar os meios de corrigi-los.

Confiamos em que nosso crítica será recebida como uma colaboração leal e construtiva, sem que nela se vislumbre desconhecimento pelo que de útil e proveitoso foi feito em prol da industrialização do nosso País".

Se traduzirmos a linguagem diplomática do Governo e da Indústria em termos claros transparecerá a inépcia e a corrupção de um lado e a ganância e sonegação de outro. A nosso ver, a responsabilidade da atual situação cabe igualmente ao governo e à indústria. O governo, no nosso regime atual, é o governo dos industriais, banqueiros e latifundiários. Não acreditamos em sua disposição de moderar a ganância e moralizar a administração. Essa tarefa só poderá ser realizada por um governo popular, representando os interesses dos operários e da população livre das injunções das atuais classes dirigentes e dos aventureiros de todos os matizes.

Representante socialista congratula-se com o deputado Nelson Carneiro, pelo projeto de instituição do divórcio apresentado na Câmara Federal

Palavras pronunciadas pelo deputado Cid Franco na Assembleia Legislativa.

— Sr. Presidente e senhores deputados.

No ano passado, a maioria desta Assembleia a transformou, em determinado instante, num dos parlamentos mais atrasados e reacionários do mundo. Foi quando rejeitou o requerimento de minha autoria que prestava homenagem ao ilustre deputado federal Nelson Carneiro.

A maioria desta Casa resolveu impedir a entrada de Nelson Carneiro

neste recinto, apenas porque era ele autor de um projeto de anulação do casamento em determinadas circunstâncias, o que libertaria da menira de um contrato inúmeros casais infelizes.

Lá está, porém, na Câmara Federal, o corajoso baiano, renovando a sua proposição. Congratulo-me, Sr. Presidente e senhores deputados, com o Sr. Nelson Carneiro pelo insistência com que pretende dar ao brasileiro o instituto emancipador que é o divórcio.

Diretório Municipal da Capital

Ficou assim constituído o Diretório Municipal do Partido Socialista em São Paulo, eleito em 9 de maio último: Presidente, Fulvio Abramo; secretário geral, Cordélia Nobrega Duarte; tesoureiro, Joaquim Cardoso Máximo; secretário de propaganda, Moisés Gikovate; secretário de arregimentação, Osvaldo Melantônio; secretário sindical, Astrogildo Marques da Silva; secretário de finanças, Paulo Meinberg; secretário de assistência e educação, Manuel Messias de Oliveira; secretário de organização, Romeu Melo; 1.º secretário, Aristides de Andrade; 2.º secretário, Eginahrd Menezes.